

PLANO DE APRENDIZAGEM

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Curso: Bacharelado em Direito

Disciplina: Direito Civil I

Código: DIR111

Professora: Vanessa Estevam Alves Martins

e-mail: vanessa.alves@unirios.edu.br

CH Teórica:

50h

CH Prática:

CH Estágio

CH EaD:

20h

CH Extensão:

10h

CH Total:

70 h

Créditos:

3,5

Pré-requisito(s): Introdução ao Estudo do Direito

Período: 2º

Ano: 2025.1

2. EMENTA:

Introdução ao Direito Civil. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Das Pessoas: Pessoa Natural e Jurídica. Direitos da Personalidade. Capacidade Civil. Domicílio e Residência. Bens. Dos Fatos Jurídicos. Negócio jurídico. Ato ilícito. Prescrição e decadência.

3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA DISCIPLINA:

- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica.

4. OBJETIVO GERAL DA APRENDIZAGEM:

Discutir sobre os institutos da Parte Geral do Direito Civil, utilizando aportes teóricos para embasar as discussões e auxiliar na interpretação de suas diretrizes, sob a tríade: teoria-prática e cientificidade.

5. CONTEÚDOS

5.1 PRIMEIRA ETAPA:

5.1.1 – CONTEÚDOS PRESENCIAIS (30 Horas):

- Introdução ao Direito Civil: Conceito; histórico; Código Civil brasileiro: Código Civil 1996, Código Civil 2002: estrutura e conteúdo, princípios;

- Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB): Conteúdo e função; a Lei: conceito, principais características; vigência: início da vigência, revogação da Lei; obrigatoriedade das Leis; integração das normas jurídicas; analogia; costume; princípios gerais do direito; conflito da Lei no tempo; eficácia da Lei no espaço;
- Pessoas naturais: Conceito; início da personalidade natural; capacidade de direito e de fato e legitimidade; incapacidade: incapacidade absoluta e incapacidade relativa; modos de suprimento da incapacidade; cessação da incapacidade; modos de extinção;
- Direitos da personalidade: Conceito; fundamentos; características; disciplina no Código Civil: proteção aos direitos da personalidade; os atos de disposição do próprio corpo; direito ao nome; proteção à palavra e à imagem; proteção à intimidade.

5.1.2 – CONTEÚDOS NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (5 Horas):

- Introdução ao Direito Civil: Conceito; histórico; Código Civil brasileiro: Código Civil 1996, Código Civil 2002: estrutura e conteúdo, princípios;
- Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB): Conteúdo e função; a Lei: conceito, principais características; vigência: início da vigência, revogação da Lei; obrigatoriedade das Leis; integração das normas jurídicas; analogia; costume; princípios gerais do direito; conflito da Lei no tempo; eficácia da Lei no espaço;
- Pessoas naturais: Conceito; início da personalidade natural; capacidade de direito e de fato e legitimidade; incapacidade: incapacidade absoluta e incapacidade relativa; modos de suprimento da incapacidade; cessação da incapacidade; modos de extinção;
- Direitos da personalidade: Conceito; fundamentos; características; disciplina no Código Civil: proteção aos direitos da personalidade; os atos de disposição do próprio corpo; direito ao nome; proteção à palavra e à imagem; proteção à intimidade.

5.2 SEGUNDA ETAPA:

5.2.1 – CONTEÚDOS PRESENCIAIS:

- Pessoa jurídica: Conceito; natureza jurídica; requisitos: começo da existência, sociedades, grupos despersonalizados; classificação: pessoa jurídica de direito privado; pessoa jurídica de direito público; responsabilidade da pessoa jurídica de direito privado; responsabilidade da pessoa jurídica de direito público; danos; extinção;
- Domicílio: Moradia, domicílio e residência; domicílio da pessoa natural e domicílio da pessoa jurídica;
- Bens: Objeto da relação jurídica; bens corpóreos e bens incorpóreos; patrimônio; classificação dos bens.
- Fato Jurídico: Fato jurídico em Sentido Amplo; Noções introdutórias sobre a importância do estudo do fato jurídico; Conceito de fato jurídico em sentido amplo; Classificação dos fatos jurídicos em

sentido amplo; Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico; Fato jurídico em sentido estrito; Ato-fato jurídico; Ato jurídico em sentido estrito.

- Negócio Jurídico (Noções Gerais); Plano de Existência do Negócio Jurídico; Plano de Validade do Negócio Jurídico Defeitos do Negócio Jurídico; Invalidade do Negócio Jurídico; Plano de Eficácia do Negócio Jurídico; Prova do Negócio Jurídico;

- Ato Ilícito.

- Prescrição e Decadência.

5.2.2 – CONTEÚDOS NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM:

- Pessoa jurídica: Conceito; natureza jurídica; requisitos: começo da existência, sociedades, grupos despersonalizados; classificação: pessoa jurídica de direito privado; pessoa jurídica de direito público; responsabilidade da pessoa jurídica de direito privado; responsabilidade da pessoa jurídica de direito público; danos; extinção;

- Domicílio: Moradia, domicílio e residência; domicílio da pessoa natural e domicílio da pessoa jurídica;

- Bens: Objeto da relação jurídica; bens corpóreos e bens incorpóreos; patrimônio; classificação dos bens.

- Bens: Objeto da relação jurídica; bens corpóreos e bens incorpóreos; patrimônio; classificação dos bens.

- Fato Jurídico: Fato jurídico em Sentido Amplo; Noções introdutórias sobre a importância do estudo do fato jurídico; Conceito de fato jurídico em sentido amplo; Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo; Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico; Fato jurídico em sentido estrito; Ato-fato jurídico; Ato jurídico em sentido estrito.

- Negócio Jurídico (Noções Gerais); Plano de Existência do Negócio Jurídico; Plano de Validade do Negócio Jurídico Defeitos do Negócio Jurídico; Invalidade do Negócio Jurídico; Plano de Eficácia do Negócio Jurídico; Prova do Negócio Jurídico;

- Ato Ilícito.

- Prescrição e Decadência

6. EXTENSÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) elenca, em seu art. 205, que a educação visa “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Brasil, 2023)

Desse modo, o projeto “Constituindo Saberes” tem por objetivo geral popularizar o estudo da Constituição Federal entre os estudantes das escolas públicas da região, no intuito de contribuir para sua formação, aperfeiçoamento de sua cidadania e participação na esfera pública.

De modo específico pretende-se a) apresentar a Constituição como Lei Fundamental e os direitos e deveres nela positivados, levando em consideração o contexto da comunidade externa; e b) Apresentar os principais meios de acesso à justiça no Brasil que podem ser provocados em casos de ameaça ou violação de direitos.

Projeto concederá ao público-alvo a oportunidade de conhecer a Constituição Federal, bem como os direitos e deveres nela positivados. Crê-se que tal conhecimento aprimorará o exercício da cidadania dessas crianças e/ou jovens, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da comunidade em que estão inseridos.

Desta forma, a realização do projeto justifica-se a partir do entendimento da necessidade existente na troca de saberes e práticas acerca de temas relacionados ao Direito Constitucional, munindo-se de metodologias didáticas diferenciadas, em virtude das dificuldades - e até mesmo ausência - do ensino dessa área na Educação Básica.

7. METODOLOGIA:

A disciplina utilizar-se-á de diversas mídias, tendo a prática como fio condutor do processo de aprendizagem a partir da pesquisa como princípio educativo. A disciplina terá conteúdos e atividades disponibilizadas em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-SAGAH), visando à sinergia entre as estratégias de inovação no uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e os objetivos da disciplina, com vistas a promover aprendizagem significativa e colaborativa.

A aprendizagem dos conteúdos é baseada em metodologias que inserem o aluno em situações do seu cotidiano como profissional. A **aprendizagem baseada em projetos**, a **aprendizagem por equipes** e a **instrução por pares** (*peer instruction*) por serem comprovadamente as formas mais eficazes de desenvolvimento de competências.

Será adotado o modelo de **sala de aula invertida**, de acordo com o próprio ritmo do ambiente virtual e adaptação do acadêmico as metodologias e conteúdo, com resolução de problemas e execução de projetos.

O conhecimento prima pela **aprendizagem adaptativa**, com o conteúdo trabalhado em uma plataforma de aprendizagem que permite a inserção de novos elementos de aprendizagem, e considerando os cenários de evolução individuais e coletivos. A solução personalizada otimiza o tempo de estudo do acadêmico e eleva seus índices de aprendizagem.

Partindo do princípio da utilização da sala de aula invertida, auto estudo e resolução de problemas, a metodologia poderá ser utilizada tanto no PRESENCIAL CONECTADO quanto no PRESENCIAL, podendo ainda ser aplicada na modelagem híbrida, em que é considerada a mesclagem entre os dois modelos.

8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO:

AVALIAÇÃO:

- **1ª Etapa:**
- **Avaliação Institucional** com questões objetivas e subjetivas valendo até 10,0 (dez) pontos (Modelo ENADE e OAB);
- **Avaliação da Aprendizagem Baseada nas Tecnologias** valendo até 10,0 (dez) pontos.
- **2ª Etapa:**
- **Avaliação Institucional** com questões objetivas valendo até 10,0 (dez) pontos (Modelo ENADE e OAB);

- **Avaliação da Aprendizagem Baseada nas Tecnologias** valendo até 10,0 (dez) pontos.
- **Avaliação do Relatório do Projeto “Constituindo Saberes”** valendo até 10,0 (dez) pontos.

2ª CHAMADA: Todo o conteúdo da disciplina, individual; valor: 10,0 (dez)

PROVA FINAL: Todo o conteúdo da disciplina, individual; valor: 10,0 (dez)

9. RECURSOS:

Sala de aula virtual	Ambiente Virtual de Aprendizagem	Laboratório(s) - agendar
Google Meet	MAR	Outros (informar)

10. ATENDIMENTO EXTRA CLASSE:

Diariamente, via endereço eletrônico

11. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil 1:** parte geral. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil:** lei de introdução e parte geral - v. 1. 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

TEPEDINO, Gustavo. **Fundamentos do direito civil:** teoria geral do direito civil - v. 1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

12. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro:** parte geral. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

LÔBO, Paulo. **Direito civil:** parte geral. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil:** parte geral. 11. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil** - volume único. 11ª ed. São Paulo: Método, 2020.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil:** parte geral - v. 1. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

13. LEITURA COMPLEMENTAR:

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil.** [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788530986810. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986810/>. Acesso em: 01 fev. 2024.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas **D. Direitos da personalidade:** a contribuição de Silmara J. A. Chinellato. [Digite o Local da Editora]: Editora Manole, 2019. E-book. ISBN 9788520463444. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520463444/>. Acesso em: 01 fev. 2024.

AMARAL, Francisco. **Direito civil:** introdução. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2018. E-book. ISBN 9788553602100. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553602100/>. Acesso em: 01 fev. 2024.]

14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Para quaisquer informações que não estejam inseridas neste plano, por gentileza escrever para o e-mail institucional acima mencionado.

15. APROVAÇÃO:

Aprovado em 16/12/2024

Homologado em 16/12/2024

COORDENADOR(A)

PRÓ REITORIA DE ENSINO

OBS: As datas das avaliações poderão sofrer alterações de acordo com o disciplinado pela secretaria acadêmica do Unirios.